

DISCURSO DE POSSE.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Advogado da Advocacia Gandra Martins.

Honra-me sobremaneira ser recebido, na Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, criada por ilustres personalidades, muitas das quais compondo os seus quadros.

Sucedo o eminente jurista Hélio Lima Mascarenhas, nascido em 06/08/1923 e falecido em 29/10/2002. Excelente operador do Direito, participou de quatro Academias, tendo sido Conselheiro da OAB e cultor das letras jurídicas na área penal, trabalhista e em direito comparado. Deixa lacuna por seus dotes profissionais e éticos que, apesar de meus esforços, certamente não conseguirei preencher. Admirável profissional, excelente ser humano, dedicado esposo e pai irrepreensível, sua memória será sempre lembrada por esta Academia com carinho e saudade.

Tenho especial admiração por Academias. Todas elas têm objetivos nobres, dedicando-se à expansão da cultura e da defesa de valores éticos e cívicos. Tenho dito que nelas se encontra a verdadeira representação da inteligência de um país, como já afirmei, em meus discursos de posse na Academia Paulista de Letras, Cristã de Letras e no Pen Clube.

Com efeito, não é demais lembrar que a Academia de Platão foi fundada por volta de 385 a.C., tendo o nome sido retirado do herói ático (Hecademus), que permitira aos irmãos de Helena descobrir o lugar onde Teseu a escondera. Durante quase um milênio, foi ponto de integração cultural, em que os intelectuais se encontravam para renovar forças de criação superior. Toynbee, em sua teoria sobre o colapso das civilizações, atribuiu o fechamento da Academia à “inversão de papéis”, após ter vivido o mecanismo da “mimese”, característica que acompanha o crescer e fenecer dos povos e culturas. Pela primeira, sempre que as civilizações passam a repetir o que foi útil no passado, sem criar nada de novo, terminam por ser superadas. Pela segunda, o organismo social, como o humano, quando obedece, não a vontade que reproduz os reflexos biológicos, –pode-se falar em biologia social, com a permissão de um amigo e acadêmico da Paulista de Letras, Paulo Nogueira Netto--, mas à vontade criativa, cresce e as civilizações se fortalecem.

O desaparecimento da Academia de Platão não representou, todavia, o desaparecimento do espírito acadêmico, que, principalmente após a Renascença, começou a explodir em toda a Europa. A Academia Francesa ganha sua dimensão atual, com Richelieu. Colbert funda a Academia de Ciências, Letras e Artes, em 1665. Em Florença surge a Academia della Áurea, em 1582; na Espanha, a Real Academia Espanhola; em Portugal, a Academia de Ciências de Lisboa; em Londres, em 1662, a Royal Society; na Suécia, a Svenska Akademien, que oferta o Prêmio Nobel; e, nos Estados Unidos, a American of Arts and Sciences.

No Brasil, tivemos a Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724, de que Sebastião da Rocha Pita e os irmãos Gusmão foram participantes; a Academia dos Felizes, em 1736-1740; a Academia dos Seletos, em 1752; a Academia dos Renascidos, na Bahia (1759-1761); a Academia Científica do Rio de Janeiro e a Academia Militar, das Guardas-Marinhas; a de Belas Artes (1816); a Nacional de Medicina (1829) e, por fim, a Academia Brasileira de Letras, em 1896.

Algumas Academias, principalmente as portuguesas, foram fundadas com nomes estranhos (Academia dos Generosos, Academia dos Singulares, Academia dos Anônimos, Academia dos Solitários, Academia dos Únicos), sendo, todavia, a Arcádia Lusitana, a Academia de Belas Artes (1790), a Academia Real de História, a Academia Real de Ciências aquelas que mais marcaram a história portuguesa.

E, à evidência, neste rol de academias, não se pode esquecer a Paulista de Letras, a Academia da Gente da Paulicéia –gente que deu ao Brasil as dimensões atuais. O Brasil, é, hoje, uma nação continental, graças aos portugueses, que não permitiram sua pulverização em pequenos Estados, e aos paulistas que estenderam o Tratado de Tordesilhas muito além de seus limites, acordados antes da descoberta do país.

Os ingleses, inclusive, --não tão atraídos pela forma das Academias-- com Bernardo Shaw, criaram o PEN Clube, cujos princípios são, entretanto, muito semelhantes.

Lembro o que diz seu presidente, o Acadêmico Almir Madeira:

“Antes de sermos a soma de gêneros literários, que a junção das iniciais engenhosamente destacou na sigla do batismo –P de poesia. E, de ensaio, N, de novela— antes disso e acima disso, dessa fusão graciosamente didática embora perfaça uma sigla ... somos, por definição e origem, um ponto universal de afirmação política. Tome-se aqui o vocábulo política como significativo da decisão de sustentar e difundir princípios ou normas de vida social, sem cuja preservação sucumbem ou se mediocrizam as criações culturais –a começar pelas da literatura—desprovidas, que ficam, do estímulo para criar, descobrir, redescobrir. E precisamente a poesia, o ensaio, a ficção, afinal atrofiados, murcham, definham, secam. Somos e queremos ser expressão de uma fidelidade a certas idéias políticas, na medida em que elas assegurem e façam florir a política cultural, nascida da liberdade, no interesse da paz. Esse o sentido e o mensagem do grêmio. Mas a paz que ele busca – uma paz substancial, fundada no conhecimento e na difusão de modelos culturais—pressupõe o desembaraçado exercício do direito à informação, sem cuja garantia não terão sentido os projetos de permuta, de intercâmbio, de convivência intelectual. Nos esquemas da política cultural globalista, a busca da fraternidade é de algum modo a busca da informação. Da conjugação desses valores fez o PEN Clube um dos seus fundamentos, vivo no desdobramento da sua produção e nítido na própria definição estatutária (“Sentido e Mensagem do PEN Clube do Brasil”, Revista Convivência n. 1, esgotado, órgão oficial do PEN Clube),”

e acrescenta João de Scatimburgo, sobre a razão de ser de sua fundação na Inglaterra, não como academia, mas como Clube:

“Vem daí o “self government” que fez de sua democracia, de seu legado democrático o mais duradouro da História, na superfície da Terra. Que povo sem as virtudes do inglês seria admiravelmente governado sem uma Constituição? Nem mesmo a Suíça e muitíssimo menos os latinos. São essas virtudes que aqui invoco para justificar o PEN Clube. Pelo “sense of humour” e pelo “fair play” os ingleses preferiram reunir homens de letras em clube, não em academias. O club é mais ameno ou menos formal do que a academia, como a fundou Richelieu e como a fundamos nós, segundo modelo francês” (Discurso proferido no PEN em 17/7/1996).

É, pois, o PEN Clube, em sua figuração britânica e na sua concepção universal, um Clube destinado à preservação do passado, pela herança dos maiores, à formatação do presente, pelo trabalho dos irresignados e à formatação do futuro, pelo sonho dos utópicos. E, no dizer de Oscar Corrêa, este futuro será conformado por uma nova filosofia de vida, de espaço e de tempo, a que, com pertinência, denomina a civilização do “societarismo”.

O certo é que as instituições acadêmicas congregam pessoas de valor –no meu caso, a algumas delas guindado mais por amizade, que sempre me uniu a seus confrades e confradeiras, do que por virtudes pessoais— na busca de modernização dos bens da cultura, enquanto insumo de civilização, para preservá-los e recriá-los, na perspectiva da verdadeira dimensão do homem e da formação das futuras gerações.

A Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, no momento, todavia, tem especial relevância, em face de representar uma Casa de Ciência, em que se debate os grandes temas políticos da atualidade, desde os conceitos das democracias dos países emergentes, dos sistemas de governo, dos comportamentos éticos dos operadores políticos até a internacionalização da convivência entre as nações e ao conceito de soberania, tão abalado nos últimos tempos.

Sempre se discutiu, na história, se o Direito poderia um dia eliminar a prevalência da lei do mais forte. Hart, em seu famoso “The concept of Law”, ao formular a teoria da obediência à lei, não desconheceu o fenômeno da dominação entre as nações, pela “lei” do mais forte, admitindo, todavia, que o Poder que exige a obediência, mesmo que submetido, em nível internacional, a um Estado mais forte, não perde a sua autoridade de impor a lei e exigir obediência, enquanto forças tiver para fazê-lo.

O certo, todavia, é que depois do fracasso da Sociedade das Nações, pela não adesão dos Estados Unidos, tinha-se a impressão de que a ONU, apesar de suas inúmeras deficiências, começava a plasmar um direito internacional, a que os países fortes e fracos se subordinariam.

A recente invasão do Iraque –e não me detenho em considerações éticas e de valores sobre seus reais motivos— demonstrou que a ONU não passa de uma Sociedade das Nações sem maiores forças, apenas com maior visibilidade que a fracassada instituição criada para acabar com as guerras após a 1ª grande guerra.

A decisão dos Estados Unidos, sem o aval e contra a pressão da ONU, de invadir o Iraque para destruir as armas de destruição em massa –e, o que é pior, forjando documentos para convencer outros países que elas existiam, visto que a ONU, por seus inspetores, não as encontrara, até agora não tendo sido provada sua existência--, demonstrou que, no direito internacional, o direito da força continua a prevalecer, como na monótona sucessão da história humana ocorre, desde o início da história narrada, há quase 9.000 anos. Ou seja, quem tem maior força militar é o senhor da guerra e da lei internacional.

Os bombardeios da Iugoslávia, a invasão do Afeganistão, a invasão do Iraque demonstram que o mundo hoje tem um dono e que o senhor dessa guerra está na Nação que também comanda a economia do mundo e impõe as regras de convivência entre os povos.

Numa posse acadêmica, não me cabe fazer juízos de valor sobre esse tema, mas apenas a detecção de fatos que nos obriga a todos a reformular conceitos, a antecipar situações e a projetar novos estudos contemporâneos sobre a política e estratégia nacional e mundial.

Esta é a razão pela qual, em momento em que a sociedade internacional encontra-se, de novo, em mutação, com enfraquecimento de certas instituições internacionais e o fortalecimento de nações na sua formulação de políticas de dominação mundial, uma Casa de Ciência, como é a Academia em que sou recebido, torna-se de extrema relevância, visto que, nas

palestras dos cientistas, é que se formulam as teorias que poderão impactar até mesmo o direito da força, pela força do direito e da Ciência.

Estou convencido de que, nesta Casa, com tantos e tão brilhantes intelectuais, em momento crucial de formulação das perspectivas da humanidade para o século XXI, e em que as nações se aglutinam e espaços regionais de natureza econômica são formados --o nosso papel é relevante e que poderemos colaborar na formulação de uma sociedade mais justa e com valores jurídicos que possam ser vividos, no plano nacional e internacional.

Quero agradecer a todos os que me apoiaram e, principalmente, a dois particulares amigos, General Meira Mattos e Litrento, o primeiro estrategista maior e um dos maiores pensadores em geopolítica da atualidade e o segundo notável professor, prosador e poeta com várias e valiosas obras publicadas.

À sua generosidade e de todos os meus futuros confrades devo a consagração de estar aqui nesta Academia. Pretendo, desde agora, ser mais um soldado na boa linha de reflexão sobre os grandes temas da atualidade, objetivo maior desta Casa de notáveis intelectuais.

Muito obrigado pela admissão e, nos limites das minhas poucas forças, estou aqui para servir.

São Paulo, 28 de Julho de 2003.

IGSM/mos/A2003-031 DISCURSO POSSE ACAD SOC E POLIT